

MULHERES, O LEGAL E O LEGÍTIMO: UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES AMBIENTAIS NO GOVERNO 2018/2022 E OS DESAFIOS DE RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA

Marília Geovana de Oliveira Lisboa¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o contexto das violações ambientais cometidas na Amazônia brasileira em âmbito federal, entre os anos de 2018 a 2022, considerando os fatores legais no campo da desregulação e permissibilidade de exploração multiescalar na amazônia vis-a-vis as lutas travadas por movimentos sociais compostos pelas comunidades impactadas frente a exploração e em especial as mulheres que fazem parte destes movimentos. No processo de ocupação do espaço e do modo de produção, os corpos femininos são delimitados territorial e espacialmente e impactados, e explorados de maneira mais sistemática, onde suas relações se tornam mais profundas ao passo que são apagadas. Com o uso da metodologia de pesquisa bibliográfica, entrevistas e trabalhos de campo, é debatido como as mulheres enfrentam a opressão já estruturada. Constatou-se que os impactos afetaram diretamente a segurança alimentar, hídrica e financeira das famílias, através de suspensões de licenças profissionais de pesca e outras políticas de renda, contaminação da água devido a atividades agropecuárias e mineradoras, agravando contextos de manutenção das famílias e exploração dos corpos de meninas e mulheres, os desafios de resistência estão na maneira que seus discursos são construídos os espaços internos e externos, a percepção acerca dos impactos que são submetidas e como a geografia reconhece e analisa as lutas pela defesa dos corpos e territórios.

Palavras-chave: Mulheres, Violação, Amazônia, Resistência.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el contexto de las violaciones ambientales cometidas en la Amazonía brasileña a nivel federal entre 2018 y 2022, considerando los factores legales en el ámbito de la desregulación y la permisibilidad de la explotación multiescalar en la Amazonía frente a las luchas libradas por los movimientos sociales formados por comunidades impactadas por la explotación, y en particular las mujeres que forman parte de estos movimientos. En el proceso de ocupación del espacio y del modo de producción, los cuerpos de las mujeres son delimitados territorial y espacialmente e impactados y explotados de forma más sistemática, donde sus relaciones se profundizan a medida que son borradas. Utilizando la metodología de investigación bibliográfica, entrevistas y trabajo de campo, se discute cómo las mujeres se enfrentan a la opresión ya estructurada. Se constató que los impactos han afectado directamente la seguridad alimentaria, hídrica y financiera de las familias, a través de suspensiones de licencias de pesca profesional y otras políticas de renta, contaminación del agua debido a las actividades agrícolas y mineras, agravando los contextos de mantenimiento familiar y la explotación de los cuerpos de niñas y mujeres. Los desafíos de la resistencia están en la forma como se construyen sus discursos, los espacios internos y externos, la percepción de los impactos a los que están sometidas y cómo la geografía reconoce y analiza las luchas por la defensa de los cuerpos y territorios.

Palabras clave: Mujeres, Violación, Amazonia, Resistencia.

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia- PPGeo da Universidade Federal do Pará- UFPA, marilia.lisboa@ifch.ufpa.br.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar as violações ambientais perpetradas pela gestão ocorrida entre os anos 2018/2022 e o protagonismo feminino na Amazônia. Trata-se de desregulamentação de leis que passaram a facilitar a ação de garimpos ilegais, permitiram a expansão da frente do agronegócio pelo desmatamento e de outras ordens.

A visão colonialista de desenvolvimento é a raiz de práticas espaciais de gestão e organização do território brasileiro, desde a época da colonização Portuguesa, a especialização econômica subordinada das regiões deixou como herança o chamado colonialismo interno, onde a região Sudeste/Centro Oeste, calçadas como palco das decisões relativas aos rumos do país tornou a Amazônia como fonte de matéria prima e recursos.

As maneiras mais utilizadas de compreensão das categorias e aplicações na pesquisa geográfica sobre as questões ambientais, concomitante com a divisão entre geografia física e humana é a análise dos processos espaciais por fatores socioeconômicos através da história, fatores estes que envolvem complexidades intrínsecas, não no sentido de não observáveis, mas como invisibilizadas e ignoradas.

Nas nuances da construção do espaço, dentro do meio técnico científico informacional, é proposta uma análise para além dos fatores com as vivências e práticas, uma possibilidade de não pensar a produção apenas através da relação sujeito-objeto, como também entre os sujeitos, historicamente a geografia ignorou a dimensão íntima e política do corpo como expressão dos sujeitos e dos seus múltiplos agenciamentos, expressos em termos de classe, gênero, raça, identidade e performances.

A análise das práticas espaciais a partir da exploração é importante para entender as problemáticas ambientais e como os impactos também são diferenciados, esta perspectiva é interessante para compreender a sobrecarga estrutural sobre as mulheres, bem como expandir a perspectiva política e econômica e partir para a diversidade dos sujeitos nos danos e conflitos ambientais.

O discurso incentivador da exploração dos recursos amazônicos sempre foi presente na referida gestão, que remonta aos tempos a partir de Vargas, onde a existência amazônica foi totalmente neutralizada e reduzida ao vazio demográfico e civilizatório, carente de

colonização e integração aos moldes desenvolvimentistas coloniais, excluindo as diversidades da região.

Como herança da transposição de realidade desenvolvimentista para a Amazônia, foram elencadas aproximadamente 30 violações ambientais cometidas pela gestão 2018/2022, que atingiram e atingem comunidades, sobretudo mulheres, danos estes elencados pela restrição de acesso a água e a equipamentos básicos de saúde, contaminação de corpos hídricos, expulsão de territórios e abusos cometidos por garimpeiros e outros trabalhadores que invadiram as comunidades.

É importante não desvincular os danos ambientais da discussão de gênero, as opressões estruturais se manifestam a restrição de funções devido ao sexo, negação da mulher enquanto sujeito político, o debate sobre a participação das mulheres no enfrentamento aos impactos ambientais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada será a de pesquisa bibliográfica em livros e periódicos, relatórios e documentos, análise de conteúdo a partir da participação em espaços de formação e discussão de análise de conjuntura e estratégias de enfrentamento, bem como entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres pescadoras da região do Baixo Tocantins, onde pesquisa específica está sendo realizada e faz parte do panorama geral estudado neste artigo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O espaço é compreendido como resultado da transformação do chamado meio natural, formação das cidades e campo, derivados das chamadas práticas espaciais, numa visão materialista do espaço fundamentalmente moldado pelo trabalho (Harvey, 2004), essas práticas transformam o espaço através de fluxos e inter relação de várias ordens, para garantir a produção e reprodução da sociedade, formando um tecido cada vez mais denso, móvel, fluido e liso, tomando rumos mais complexos no decorrer do tempo (Moreira, 2001).

Para Lefebvre, a ocupação do espaço é conceituada através da apropriação dos sujeitos pelo uso da terra, construções, atividades econômicas e organização social, uma análise relacional com o modo de produção capitalista pautado na valorização do lucro e desvalorização da força de trabalho, esta dominação é feita de maneira legítima ou ilegítima, reflexo direto dos atores.

Entre as complexidades e relações componentes da dimensão espacial, estão os corpos, inseridos dentro do meio técnico científico informacional, com as vivências e práticas, uma possibilidade de não pensar a produção apenas, através da relação sujeito-objeto, como também entre os sujeitos, o fato é que ao longo da sua história a geografia ignorou a dimensão íntima e política do corpo como expressão dos sujeitos e dos seus múltiplos agenciamentos, expressos em termos de classe, gênero, raça, identidade e performances (Haesbaert, 2020)

O aspecto a ser visualizado de uma maneira mais destacada neste trabalho é o do corpo-território feminino, as práticas sociais estruturantes da produção do espaço foram construídas sobre a dominação e diferenciação dos corpos, a dialética entre trabalho e espaço afetou os corpos femininos de maneira mais sistemática, na acumulação primitiva e construção do capitalismo, Silvia Federici (2007) dialoga com Lefebvre no que diz respeito ao conceito de corpo para compreender as raízes do domínio masculino, a hierarquia relacionada ao gênero e a identificação das mulheres com uma concepção degradada da realidade corporal foi historicamente instrumental para a consolidação do poder patriarcal e para a exploração do trabalho feminino.

Esta conjuntura é manifestada nos diversos espaços, hierarquizantes e restritivos para os corpos, no espaço abstrato, conceituado por Lefebvre e dividido em geométricos, visuais e fálcos, consecutivamente referentes às estruturas rígidas ideologicamente neutras, visuais em detrimento dos outros sentidos corpóreos e ao domínio masculino representado nas diversas esferas de influência (Silva, 2019).

Nesse sentido, o corpo-território é “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e desde mulheres de povos originários que vivem em comunidade; quer dizer, a articulação corpo-território põem ao centro o comunitário como forma de vida” (Cruz Hernández, 2017, p. 43). Essa categoria, portanto, sugere a necessidade de aprofundamento no debate acerca do comunitário na Geografia, visto que é uma das chaves centrais de enfrentamento dos feminismos latino-americanos aos processos espoliativos que assolam os corpos femininos e seus territórios. (Oliva, 2022. p.149)

A partir da formação do espaço e território em detrimento da afirmação masculina, a gestão presidencial brasileira no período 2018/2022, que fazem parte de uma maneira explícita de uma conjuntura já estruturada em cinco séculos de invasão, demonstrou em políticas implementadas e retiradas e declarações públicas ataques diretos aos direitos das mulheres, onde aliados a políticas neoliberais e de necropolítica, seguindo os caminhos de

Mbembe, categorizando os sujeitos mais vulneráveis às políticas de morte e exclusão de maneira diretamente ligada ao gênero, raça e classe.

Não há possibilidade de um homem como Bolsonaro compreender o debate sobre a Amazônia nem sobre as mulheres fora da lógica da violação, da posse e da exploração. Presidente do país que tem em seu território 60% da maior floresta tropical do planeta, Bolsonaro encarna a lógica da exploração violenta e do domínio dos corpos como nenhum outro. Os dogmas morais que constituem os pilares da supremacia branca, do patriarcado e do binarismo de gênero sustentam também o modelo capitalista que consumiu a natureza e levou o planeta à emergência climática. (Brum, 2021. p 41)

Nas políticas aprovadas e desmontadas, é latente a exclusão das minorias em detrimento dos “cidadãos de bem”, homens brancos nos padrões heteronormativos e de alta renda, ligados ao agronegócio e outros projetos de naturalização e legalização da exploração ambiental.

Para além dessas questões, a Medida Provisória 870, alterou, sobretudo, as atribuições e autonomia do Ministério do Meio Ambiente (MMA) na gestão de questões complexas, principalmente: a) políticas públicas ambientais nucleares; b) competência para combater o desmatamento, queimadas e desertificação; c) redução das atribuições do IBAMA e da Anvisa, na medida em que conferiu maiores poderes ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no processo de licenciamento, autorização e comercialização de agrotóxicos. (Andrade, 2019, p.5)

Os limites e as flexibilidades dos instrumentos legais dos estados estão atrelados a relações de poder, onde as modificações de natureza jurídica são permeadas de seletividade utilizando de argumentos e da opinião pública para pautar a necessidade das novas leis e projetos como base do desenvolvimentismo, como desmonte nas pastas socioambientais.

As questões legítimas são levantadas pelos movimentos sociais para a defesa dos seus direitos, as pautas das pessoas atingidas surgem da sua condição frente aos impactos e ameaças apresentadas pelas modificações legais, na conjuntura analisada neste trabalho, a retirada de competências de órgãos é uma ameaça latente e direta à vida das comunidades, e na perspectiva de gênero, as mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As mulheres foram as mais atingidas pelas políticas entreguistas e mantenedoras do lucro agravadas pelo governo 2018/2022, a desregulamentação ambiental estimulada principalmente na referida reunião ministerial, em que um Ex- ministro do meio ambiente

preferiu a frase “passar a boiada” foi a principal responsável pela modificação profunda em conjunturas de comunidades inteiras na Amazônia.

A desregulamentação é manifestada no gráfico abaixo, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE demonstram os índices de queimadas e desmatamentos entre os anos de 2019 e julho de 2023, com maiores incidências entre os meses de agosto e setembro a cada ano, vale ressaltar as possibilidades de subnotificação devido a desmontes estruturais e administrativos nos órgãos de registro e fiscalização.

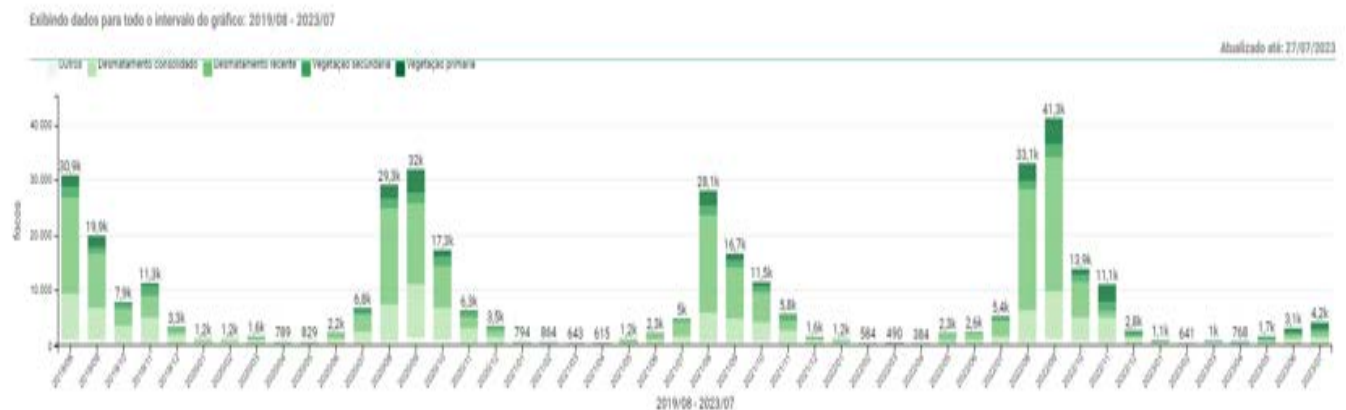


Figura 1: Índice de focos de queimadas e desmatamento na Amazônia Legal. Fonte: INPE, 2023.

A atuação do governo na pandemia do Covid-19 de maneira negacionista pôs em risco as comunidades mais afastadas, com restrição de circulação e demora em medidas de mitigação e prevenção como a vacina, a renda das famílias ribeirinhas, indígenas e rurais foi atingida de maneira grave, com insegurança alimentar e exposição ao vírus, as taxas de mortalidade nas comunidades foram significativas, sendo necessárias medidas das próprias localidades para travar a circulação e baixar o contágio².

Comunidades indígenas no médio Tapajós também foram afetadas pela contaminação de mercúrio nos rios, provocado pelo garimpo ilegal, a pesca foi afetada, causando fome nas localidades, devido a altas concentrações da substância foram relatados problemas cardíacos, no sistema nervoso e na capacidade de gestação das mulheres, a omissão nos controles de certificação e imperícia nos locais de garimpo e estímulo a esta atividade nas terras indígenas desencadeiam impactos.

A mulher indígena conta que, há cinco meses, foi retirada grávida de sua aldeia e levada às pressas a um hospital da cidade. “Perdi meu filho na barriga. Ele nasceu morto no hospital.” Encolhe-se na cadeira. É o terceiro

² Disponível em:

<https://redepara.com.br/Noticia/218776/covid-19-se-alastra-em-comunidades-tradicionais-da-amazonia>.

aborto seguido que sofreu nos últimos anos. Antes, teve dois filhos, que estão com 20 e com 9 anos. Abortos espontâneos, indesejados, são incomuns na vida de mulheres como ela. Ou eram. (Bedinelli, 2022)

Para além dos impactos causados pela contaminação nos corpos hídricos e acesso a comida, são relatados abusos físicos a mulheres indígenas de diversas idades em troca de comida e equipamentos básicos de sobrevivência.

Esta situação foi denunciada para órgãos federais, é relatado que mais de 20 documentos foram enviados ao governo, todos ignorados, apenas na nova gestão foi dada a atenção necessária para as pessoas atingidas.

Para além da violação do direito à vida, é importante destacar a marginalização de mulheres pescadoras a partir da portaria SAP/MAPA Nº 166, de 12 De Maio de 2021³, que cancelou licenças de pescadores profissionais no registro geral de atividades pesqueiras, atingindo 20 mil pescadores e pescadoras, 70% destes na Amazônia Legal.

Em trabalho de campo realizado em Março de 2023 em ilhas do Baixo Tocantins, de acordo com relatos de pescadoras da região, já atingidas pela UHE Tucuruí, o cadastro no Registro Geral de Pescadores está suspenso há dois anos, o que acarretou em interrupção do recebimento do seguro defeso e cancelamento de documentos pessoais.

Eu recebi 3 parcelas e faltou uma, quando eu cheguei lá estavam tudinho cancelado, até meus documentos foram cancelados, chegando lá eu recebi a notícia de que tinha sido morta, tive que refazer os documentos, eles desbloquearam, só o cpf que tá bloqueado, estamos esperando colocarem o ministro da pesca para liberar, a gente não pode tirar auxílio doença, nem receber aposentadoria. (ANTÔNIA, 51 anos, entrevista cedida em março de 2023).

A instalação da Hidrovia Araguaia-Tocantins⁴ visando atravessar os territórios de 6 estados se configura como urgência de enfrentamento, desde 2019 as comunidades realizam rearticulações a fim de aproximação e discussão sobre os impactos, que envolvem deslocamentos compulsórios, aumento da escassez já presente de pesca, aumento e contaminação do nível da água, que influencia diretamente as mulheres em seus espaços de locomoção, trabalho, saúde individual e de suas famílias.

³ Disponível Em:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/cadastro-registro-e-monitoramento/cancelamento-de-rgp-pescador-profissional/cancelamento-dado-por-meio-da-portaria-no-166-de-12-de-maio-de-2021>
Acesso em: 29/03/2023

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/aquaviario/old/hidrovia-do-tocantins-araguaia> Acesso em: 10/04/2023



E esse projeto que vem agora a hidrovia, né, isso aí se sair pra nós, nós estamos muito pensativos nisso, vem pra prejudicar de todas as maneiras, não vai ter mais o peixe, vai inundar, como nós vamos atravessar pro carapajó pra pegar água? a barcaça vai passar no carapajó, tudo nós vamos lá, e depois quando passar isso? (BENEDITA, em entrevista)

Os dados revelam insegurança hídrica, financeira, alimentar e corporal grave diretamente direcionadas às mulheres Amazônicas, seguindo um fluxo estrutural capitalista, de discurso conservador diretamente associado a comparação entre a floresta e um corpo feminino, fetichizado e disponibilizado como uma propriedade para toques alheios, no contexto de emergência climática, os discursos nunca foram tão explícitos, legalizados e impunes como os proferidos na gestão anterior, ao passo que procuraram demonstrar uma realidade aquém dos dados, sistematicamente manipulados.

Estas problemáticas estão inseridas nas pautas das lutas travadas entre os movimentos de atingidos, em décadas de atuação, as ameaças às suas comunidades nos 4 anos tomaram proporções alarmantes e explícitas nos projetos governamentais e no índice de conflitos, o protagonismo das mulheres ribeirinhas, indígenas, camponesas e quilombolas neste contexto representa para além da defesa dos territórios, a defesa de seus corpos.



Figura 4: Tecido estendido no banheiro das mulheres atingidas do Baixo Tocantins, com os dizeres “SEM AS MULHERES EM LUTA NÃO HÁ GARANTIA DE DIREITOS”, A autora (2023).

Há participação feminina, onde a urgência de tratar das mulheres no contexto de impactos é latente, as reuniões regionais como a 1ª Cúpula de Mulheres Indígenas da Bacia Amazônica realizada em 2021, o Banheiro das Mulheres atingidas no Baixo Tocantins, realizado em 2023 fazem parte de trabalhos de base auto organizados e com grande representação no tocante à própria disposição de pautas para as mulheres, que mesmo representando maioria nos espaços de discussão internos, são minoria na representação política geral dos movimentos.



Figura 2: Banheiro das Mulheres Atingidas do Baixo Tocantins, ilha menino Jesus de Praticaria, Cametá- Pará

Acho que seria importante ter essa representação feminina, nada melhor que falar da gente do que a gente mesmo falando dos nossos problemas, dificuldades, anseios, então acho que somaria bastante nas lutas a representatividade feminina, na verdade essa questão da saúde da mulher é recorrente, às vezes a gente ouve essas conversas, “olha eu to com esse problema ginecológico, tu podes me indicar algum remédio, acho que a gente não tem a consciência de que pode ser por conta da água contaminada, não tem esse olhar. (MARIA, 2023, em entrevista)

Em eventos de projeção internacional como a COP 27 em 2022, os Diálogos Amazônicos e a Assembléia dos Povos da Amazônia em 2023 são espaços primordiais para a análise de conjuntura e confluência dos movimentos, onde mesmo com a presença das

questões de gênero, muito se fala sobre possibilidades legais de mudança, quando as raízes e saídas do problema está em questões legítimas, onde o debate acerca do corpo como dimensão do território e principal campo e meio de luta está em construção é ainda ignorado por espaços acadêmicos.



Figura 3: Militante atingida de Belo Monte discursa nos Diálogos Amazônicos segurando um cartaz “o preço da luz é um roubo”. 2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de acumulação de impactos na Amazônia, os desafios postos aos atingidos em múltiplos espaços e fatores é de compreensão de não descontinuidade das atividades do capital, os grandes projetos desde os anos 40 fazem parte da desestruturação do território e ambiente.

Os desafios da Geografia enquanto ciência proponente a estudar as modificações espaciais e territoriais no contexto da exploração ambiental é para além de visões teóricas, considerar as óticas sociais que permeiam estes impactos, onde os sujeitos viventes transitam, sentem e percebem, como componentes destes territórios.

Na gestão 2018/2022, a defesa dos ideais da ditadura resgatou de modo sistemático o discurso marginalizante sobre a região provocou retrocessos nas leis de proteção ambiental e gestão de órgãos de fiscalização, onde abertamente o objetivo foi de extração dos recursos, manutenção da injusta distribuição das terras e exclusão das vivências.

A flexibilização de leis beneficiam grandes corporações e permitem violações profundas aos direitos humanos nos espaços de vivência e territórios construídos, a discussão apresentada demonstra que o impacto mais grave tem classe, raça e sexo e múltiplas escalas, o que convida para a ampla discussão do conceito de sujeito atingido.

A legitimidade das lutas das mulheres atingidas em defesa dos territórios, os processos de resistências em sua diversidade e renovação de sujeitos de luta reconhecem e fomentam a importância da presença das mulheres ribeirinhas, indígenas, pretas, do campo e da cidade.

A organização popular foi responsável pela vitória eleitoral sobre as políticas de exclusão e desterritorialização das famílias tradicionais. A vigilância sobre as propostas apresentadas e respeito aos direitos fundamentais é necessária para o avanço na participação diversa nas decisões políticas e administrativas. Um horizonte distante, possível e importante com a efetividade do trabalho de base, denúncias dos impactos e participação diversa, trabalhando a democracia e fortalecimento das demandas específicas e articulação com os diversos espaços e territórios.

REFERÊNCIAS

BEDINELLI, Talita “Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?”, Samaúma, 2022. Disponível em: <https://sumauma.com/por-que-os-garimpeiros-comem-as-vaginas-das-mulheres-yanomami/> Acesso em: 29/01/2023.

BRASIL. **Portaria nº 166 de 12 de maio de 2021.** Dispõe sobre o cancelamento de Licenças de Pescadores Profissionais inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira, com base no Art. 10 do Decreto nº 8.425, Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17/05/2021 Edição: 91-A | Seção: 1 - Extra A

BRASIL, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Programa Queimadas. Disponível em: https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/ Acesso em: 29/01/2022.

Brum, Eliane Banzeiro òkôtô : **Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo** / Eliane Brum. — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2021

DE ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues. Natureza e representações que r-existem: cinco séculos de invasão, apropriação e violência na Amazônia brasileira. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 36, n. 2, p. 207-227, 2019.

EL PAÍS, **Explosão do garimpo ilegal na Amazônia despeja 100 toneladas de mercúrio na região.** 2020.

Haesbaert, R. (2020). DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. **GEOgraphia**, 22(48).

MALHEIRO, Bruno Cezar. Colonialismo Interno e Estado de Exceção: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 60, p. 74-98, 2020.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente- UNEP. **Por que o gênero importa?** UNEP.org. Disponível em: <https://www.unep.org/explore-topics/gender/why-does-gender-matter> Acesso em: 12/01/2022.

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. **Ensaios de Geografia**, v. 8, n. 17, p. 165-187, 2022.